

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 26 de setembro de 2015 às 13h38
Seleção de Notícias

Revista Veja | BR

Patentes

A fórmula da prosperidade	3
--	----------

ESPECIAL/ DESENVOLVIMENTO | NATHALIA WATKINS

IstoÉ Dinheiro Online | BR

27 de agosto de 2015 | Marco regulatório | INPI

O rei das patentes	6
---------------------------------	----------

Gestão C&T Eletrônico | BR

10 de setembro de 2015 | Marco regulatório | INPI

Especialistas debatem sistema de proteção intelectual	8
--	----------

DCI - Comércio, Indústria e Serviços | SP

21 de agosto de 2015 | Marco regulatório | INPI

Falta de proteção intelectual gera fuga de investimentos	10
---	-----------

LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS

02 de abril de 2015 | Marco regulatório | INPI

Patentes avançam no Brasil	11
---	-----------

OPINIÃO

O Debate Online | MG

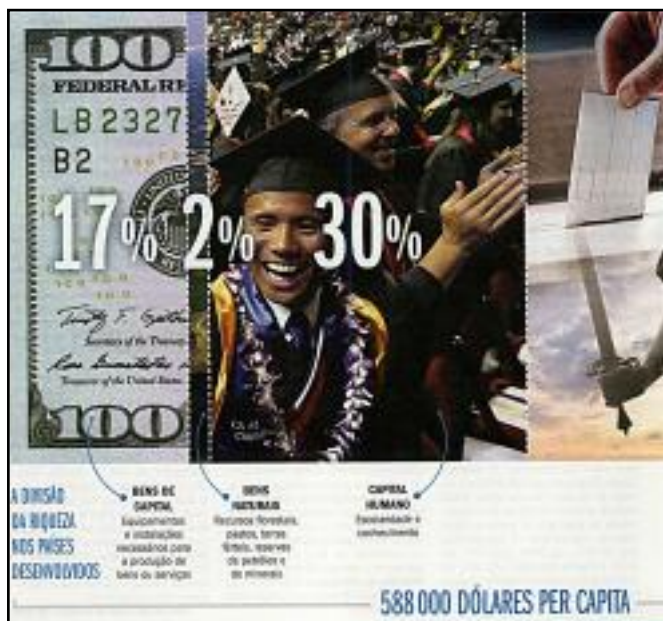
30 de maio de 2015 | Marco regulatório | INPI

O Brasil e a crise das patentes	12
--	-----------

IDEIAS EM DEBATE | AUTOR | TENENTE DIRCEU CARDOSO GONÇALVES

A fórmula da prosperidade

ESPECIAL/ DESENVOLVIMENTO



Apesar de impalpáveis, qualidades como instituições fortes, governo eficiente e alto nível educacional são os bens mais preciosos das nações

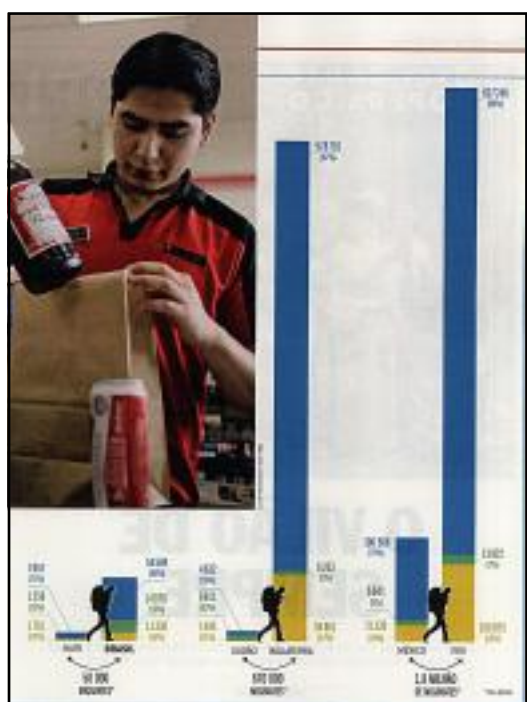
NATHALIA WATKINS

EFICIÊNCIA DO GOVERNO, JUSTIÇA EQUÂNIME E CONFIANÇA

Os grandes movimentos populacionais têm padrões comuns. Quem foge de guerras na maioria das vezes se muda para países vizinhos mais pacíficos, na esperança de voltar para casa quando o perigo desaparecer. Já os chamados migrantes econômicos, que querem escapar da pobreza, atravessam continentes rumo a nações com renda per capita maior e oportunidades de trabalho. Não é a riqueza palpável desses países - as cidades impecáveis, os aeroportos reluzentes, as fábricas com equipamentos de última geração - que eles buscam. O que torna esses países tão atraentes são qualidades cujo valor é difícil de medir em termos quantitativos, mas que são tão ou mais importantes que as demais em criar as condições para o progresso pessoal e coletivo. Quanto mais avançado é o capitalismo em um país, maior é a participação dessas qualidades, ou "bens intangíveis", na formação da riqueza. Uma tentativa de mensurar essas qualidades aconteceu em 2005, num estudo para o Banco Mundial. A motivação inicial da pesquisa veio da constatação de que, para justificar o nível de renda das diferentes populações, a riqueza acumulada pelos países só podia ser maior do que o imaginado. Haveria, portanto, uma riqueza oculta, que ainda não tinha sido estimada. O que os economistas e matemáticos fizeram então foi calcular, a partir da teoria econômica, o valor desses bens. Para surpresa de muitos, o bem mais relevante foi o que nos países anglo-saxões é conhecido como, ou o estado de direito. O conceito inclui a eficácia dos governos em implementar leis equilibradas e em garantir a segurança. Também englobaria uma Justiça equânime, que não deixasse espaço para uma classe de privilegiados - algo que a Polícia Federal com-



Continuação: A fórmula da prosperidade



REGRAS CLARAS Ao cruzar a fronteira com os Estados Unidos, os mexicanos passam a ter melhores condições para progredir

preendeu bem ao usar a expressão em latim *erga omnes*, ou "vale para todos", na 14ª fase da Operação Lava-Jato. "Práticas de transparência, um sistema judiciário eficiente, participação limitada do Estado e regulações claras são características de um sistema capitalista de bom desempenho", diz o economista Anthony Kim, da Heritage Foundation, em Washington. Tais regras, quando em vigor, impedem a expropriação de fazendas e outras propriedades. A segurança estimula o investimento, eleva a produção e, como consequência, a riqueza. Efeito semelhante teria o respeito às **patentes** e às marcas. Se o Poder Judiciário é moroso, litígios de terra ou de **propriedade**

intelectual são postergados, o que desestimula a iniciativa privada e os investimentos. Segundo os dados do estudo, se, por uma mágica, países pobres da África como a Nigéria instituíssem o mesmo arcabouço institucional da Suíça, o reflexo no crescimento e no desenvolvimento econômico seria imediato. A riqueza produzida seria multiplicada por quatro em pouco tempo e a qualidade de vida daria um salto semelhante. O segundo item em importância encontrado na pesquisa do Banco Mundial foi o capital humano, definido como as habilidades acumuladas pelas pessoas ao longo do tempo. Quanto mais anos de escola, maior é o capital humano e mais riqueza ele é capaz de gerar. O aumento de um ano na escolaridade média em uma nação pobre pode elevar a riqueza per capita em 838 dólares. Isso aconteceria porque as pessoas desempenhariam tarefas mais nobres e mais produtivas, criando tecnologias e produtos novos. No fim do século XIX, eram registradas nos Estados Unidos cerca de 30000 **patentes** por ano. Hoje, esse número ultrapassa 500000. Algumas dessas **inovações**, como o vagão de trem refrigerado e a máquina de embalar cigarros, constituíram a base para novas indústrias e fortunas. Nos Estados Unidos, somente 13% do que se vê nas prateleiras das lojas existia no século XIX. Ao decompor e comparar a riqueza de países pobres e ricos, o estudo do Banco Mundial também mostrou o que acontece durante o desenvolvimento de um país. As nações de baixa renda têm, em geral, alta dependência dos recursos naturais, como minérios, terras férteis, pastos e árvores. No Sudão, eles constituem a maior parte da riqueza. O risco que muitos desses países correm é dilapidar esses ativos e ficar ainda mais pobres. A orientação do Banco Mundial era, e continua sendo, que os ganhos sejam convertidos em aumento da escolaridade, em bens de capital ou em uma melhor governança. Um exemplo de sucesso veio da China. De 1995 a 2005, o país conseguiu reduzir sua dependência de bens naturais de 34% para 25%. Isso foi obtido principalmente pelo investimento em capital humano. Atraída pelas primeiras indústrias capitalistas, a população do campo migrou em massa para as cidades e ganhou acesso a escolas melhores e a serviços de saúde

Continuação: A fórmula da prosperidade

de. Essa mão de obra, por fim, acabou incentivando a instalação de mais fábricas, principalmente estrangeiras, que aumentaram ainda mais a produção. O PIB, nesse intervalo, cresceu 10% ao ano. "Na medida em que um indivíduo chega a um ambiente de elevado capital humano, a tendência é que ele se equipare com os outros, especializando-se e fazendo contatos, o que acaba sendo um poderoso indutor do crescimento econômico", diz o economista Otto Nogami, do Insper, em São Paulo. Ao analisar os tipos de riqueza e a contribuição deles ao desenvolvimento, o estudo refutou uma acusação frequente, a de que o capitalismo é inimigo da natureza. Nos países desenvolvidos, os recursos naturais são pouco representativos na riqueza total.

Entre os que integram a OCDE, a fatia deles é de apenas 2%. Contudo, divididos pela população, eles são seis vezes mais valiosos do que os recursos naturais dos países emergentes. Terras, minas e florestas valem mais nas nações ricas porque podem ser combinadas com outros ativos, como tratores, estradas e leis que asseguram a propriedade privada para, assim, gerar produtos, melhores salários e mais lucros. Como resultado, o interesse em preservar esses recursos é maior. Uma pessoa que deixa um país pobre por um rico não está indo atrás de dinheiro, e sim das qualidades que fazem o suor do seu trabalho valer mais. Simples assim.

O rei das patentes



brasileiro é o segundo maior consumidor de medicamentos do mundo, em número de doses, atrás apenas dos chineses. A venda de medicamentos no País movimentou R\$ 69 bilhões nos 12 meses encerrados em abril deste ano, o que faz do Brasil um dos seis maiores mercados farmacêuticos do mundo, em faturamento. A força econômica das vendas de remédios, no entanto, não se reflete na área de pesquisa e desenvolvimento dos **laboratórios** nacionais, negligenciada pela maior parte dos fabricantes ao longo de décadas. Mais de 90% das **patentes** requisitadas pelo setor farmacêutico junto ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (**INPI**), no ano passado, vieram de companhias estrangeiras. A indústria nacional se especializou apenas em copiar medicamentos, afirma o médico psiquiatra Ogari Pacheco, presidente e fundador do **laboratório** paulista Cristália. Esse é um dos efeitos dos genéricos. Reverter essa lógica desfavorável à indústria nacional é o principal objetivo do Dr. Pacheco, como é chamado o empresário por seus funcionários. Com 76 patentes obtidas nos últimos dez anos, e mais de uma centena de projetos em curso, o Cristália é, atualmente, o maior registrador nacional de patentes farmacêuticas.

Dono de um faturamento de R\$ 1,6 bilhão, no ano passado, o laboratório coleciona alguns casos de sucesso no âmbito da propriedade intelectual. O mais recente envolve uma enzima, a colagenase, utilizada

na produção de pomadas para o tratamento de ferimentos e no pós-operatório. Com um número restrito de fornecedores internacionais, o Cristália vinha tendo dificuldade para obter a matéria-prima. Descobrimos que era possível produzir a mesma enzima a partir de bactérias que encontramos aqui no interior de São Paulo, afirma Pacheco, se referindo à bactéria *Clostridium Histolyticum* descoberta em uma amostra de terra colhida na cidade de Espírito Santo do Pinhal, a poucos quilômetros da sede da companhia, localizada em Itapira, na região de Campinas. A bactéria brasileira possui, ainda, uma vantagem em relação às estrangeiras: ela é vegetariana. Tradicionalmente, a colagenase é produzida a partir de insumos vindo do gado, o que traz o risco de transmissão de doenças, como a da vaca louca. O método desenvolvido e patenteado pelo laboratório, que consumiu investimentos de R\$ 100 milhões, elimina esse risco. A empresa aguarda a liberação da **Anvisa** para começar a exportar o produto. Será um grande sucesso, afirma Pacheco.

A falta de uma cultura voltada para a pesquisa e o desenvolvimento é, segundo Pacheco, a grande barreira para a criação e a descoberta de novos medicamentos no Brasil. A indústria se acostumou a copiar, porque é mais fácil, diz. A questão é que, dessa forma, a fabricante fica muito dependente da capacidade de vender barato, o que é insustentável. Atualmente, o Cristália produz 50% das matérias-primas utilizadas na fabricação de medicamentos, em seu complexo farmoquímico, que inclui, além das fábricas de remédios e insumos, uma unidade de **biotecnologia**. Trata-se de um número fora da curva da indústria farmacêutica brasileira, cuja balança comercial registrou um déficit de cerca de US\$ 6 bilhões, no ano passado. Suas primeiras aventuras no mundo da propriedade intelectual vieram da área de embalagens. O Cristália possui tecnologias exclusivas para o acondicionamento de substâncias anestésicas, como uma embalagem que garante a assepsia do produto até sua abertura na sala cirúrgica. Essas iniciativas ajudaram o laboratório a se tornar o maior fabricante de anes-

Continuação: O rei das patentes

técnicos da América latina.

O tempo necessário para registrar uma patente no Brasil dificulta ainda mais o desenvolvimento do setor, acrescenta o empresário. Atualmente, é preciso esperar uma década para obter uma resposta do **INPI**. Isso cria um cenário favorável aos laboratórios estrangeiros. Uma patente médica tem prazo de validade mínimo de dez anos. Mas, como a proteção à **propriedade intelectual** passa a valer a partir do momento em que o pedido é registrado, na prática, esse prazo é de 20 anos no Brasil. Segundo Luiz Otávio Pi-

mentel, presidente do **INPI**, a falta de profissionais dificulta o aumento da produtividade e a diminuição da fila de pedidos. Atualmente, a entidade conta com 211 técnicos. Outros 140 já passaram em concurso e poderiam começar a trabalhar, mas, em virtude do ajuste fiscal, o governo suspendeu as contratações. Enquanto isso, a indústria se vira do jeito que dá. Para acelerar o processo, o Cristália passou a registrar suas patentes no exterior. Das 76 que possui, apenas quatro foram, originariamente, solicitadas às autoridades brasileiras.

Especialistas debatem sistema de proteção intelectual



Especialistas debateram a **propriedade intelectual** em audiência realizada na Câmara dos Deputados - Foto: William Silva Transformar o conhecimento gerado por entidades de pesquisa, desenvolvimento e **inovação** (EPDIs) em produtos e processos inovadores é desafio de todas as países interessados em promover o desenvolvimento tecnológico. O Brasil, além de vencer essa questão, precisa enfrentar outros problemas, como o enfraquecimento de instituições e o aperfeiçoamento do marco regulatório.

De acordo com o gerente executivo de Política Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), João Emílio Padovani, esses entraves podem contribuir para que empresas deixem de investir em pesquisa e desenvolvimento (P&D). "O papel da propriedade intelectual [PI] é garantir que a empresa tenha retorno do investimento que fez. Ter um sistema de PI é fundamental para atingirmos os objetivos de atrair centros de P&D, aumentar o número de patentes e os investimentos privados em atividades de pesquisa", avaliou Padovani.

O representante da CNI avaliou ainda que o sistema de PI do Brasil não funciona de forma eficiente. "Temos uma legislação adequada, mas falta autonomia financeira do **Instituto Nacional de Propriedade Industrial [INPI]** que também está trabalhando com um número reduzido de examinadores de patentes", disse Padovani, que foi um dos palestrantes do seminário "**Propriedade intelectual: perspectivas pa-**

ra o Brasil", realizado nesta quinta-feira (10), em Brasília, pela Frente Parlamentar de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e **Inovação**.

No Brasil, o responsável por receber os pedidos, examinar e conceder, ou não, o direito de patente é o **INPI**. O órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) conta com 1.820 vagas, sendo 810 para examinadores de patentes. No entanto, apenas 339 estão preenchidas. O baixo número de examinadores do instituto e a crescente demanda de pedidos de proteção intelectual fazem aumentar o tempo espera para a concessão da patente - o chamado backlog.

"De 2010 a 2013 tivemos um acréscimo de 23% de depósitos de patentes e uma queda de 17% na quantidade de examinadores. Isso fez com que o backlog aumentasse 36%", relata Ellen Fátima Sampaio, representante do **INPI** em Brasília. "Esse atraso gera impactos econômicos para o Brasil, que, por exemplo, poderia fabricar determinados medicamentos com tecnologia nacional em vez de exportá-los."

Em 2013, cada examinador brasileiro era responsável por 822 depósitos. Média muito superior aos do Estados Unidos e da União Europeia, onde o backlog não atingiu a marca de 100 pedidos de proteção. Em média, no Brasil, o tempo de espera para **concessão de patentes** é de 10,8 anos. Dependendo da área em que o direito de patente é requerido, a demora pode ser maior. É o caso dos pedidos de proteção intelectual dos setores de Telecomunicações (14,6 anos), Computação e Eletrônica (13,3 anos), Física e Eletricidade (13 anos), Alimentos e Plantas (12,9), Biologia Molecular (12,7), entre outros.

O deputado federal Izalci (PSDB-DF) afirmou que a Frente Parlamentar de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e **Inovação** se dedicará em aperfeiçoar o sistema brasileiro de **propriedade intelectual**. "Esse é um tema que já estamos atentos. O Projeto de Lei 2.177/2011, que agora tramita no Senado Federal, já

Continuação: Especialistas debatem sistema de proteção intelectual

resolve algumas questões da proteção intelectual. Com o avanço dessa matéria poderemos focar mais na questão das patentes", garantiu o parlamentar.

Soluções

O número de patentes válidas no Brasil está muito atrás de países considerados referência em **inovação**. Um relatório da Organização Mundial de **Propriedade Intelectual** (Ompi), entidade vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU) mostra que o país, em 2012, ocupava a penúltima posição no ranking das 20 nações que mais concederam patentes no mundo.

O levantamento feito entre os maiores escritórios de **concessão de patentes** mostra que País teve 41.453 patentes válidas, 211 a mais que o último lugar, ocupado pela Polônia. Os Estados Unidos estão em primeiro lugar, com 2,2 milhões de patentes, seguido por Japão, que tem 1,6 milhão. Depois estão China (875 mil), Coreia do Sul (738 mil), Alemanha (549 mil), França (490 mil), Reino Unido (459 mil) e o principado de Mônaco (42.838).

Segundo a vice-diretora da Ompi no Brasil, Beatriz

Amorim, o Brasil já demonstrou que tem boa absorção e geração do conhecimento. "O país precisa olhar para experiências internacionais para saber como transformar o conhecimento em inovação. Todas as nações enfrentam ou passaram por essa situação", relatou. Ela acredita que fator humano é fundamental para vencer o desafio do desenvolvimento tecnológico. "Não há, por exemplo, uma carreira para gestor de **inovação tecnológica**. Esses profissionais são essenciais para atuar em empresas, universidade e institutos de pesquisa."

A vice-presidente do Fórum de Pró-reitores de Pós-graduação e Pesquisa (Foprop), Maria José Giannini, defendeu a construção de políticas públicas que estimulem os cientistas a atuarem mais em empresas inovadoras. "Apenas 23% dos cientistas estão nas indústrias. Além disso, devemos difundir o empreendedorismo inovador, a cultura científica e fortalecer o apoio aos Núcleos de **Inovação Tecnológica** [NITs] e os parques tecnológicos", pontuou.

(Felipe Linhares, da Agência Gestão CT&I)

Falta de proteção intelectual gera fuga de investimentos

LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS

São Paulo - O principal efeito colateral da demora nos pedidos de patentes e de registros de marcas no Brasil é a fuga de investimentos, avaliam especialistas. Para eles, os prazos muito longos podem colocar o País em segundo plano entre os mercados internacionais.

"Se um pedido de patente demora mais de uma década para ser analisado, é natural que nesse período a empresa refreie investimentos", acredita o sócio do Silveiro Advogados, Rodrigo Azevedo.

Na perspectiva de multinacionais, ele afirma que a preferência é sempre por alocar recursos nos países onde há proteção da **propriedade intelectual**. Entre as empresas nacionais, a falta de proteção seria um desincentivo para aportes em **inovação**.

"O Brasil não tem uma tradição em pesquisa e desenvolvimento. Basta comparar o número de depósitos de patentes com o de outros países. É constrangedor", comenta Azevedo.

Nos pedidos de registro de marca, a demora também prejudica os planos de negócio, comenta o sócio do escritório Dannemann Siemsen José Antonio B. L. Faria Correa. "Como um empresário vai investir numa marca sobre a qual não tem certeza da exclusividade?", questiona.

Ele explica que o remédio para impedir a imitação de um produto é o registro da marca. "Se não puder ter a proteção da marca em tempo razoável, a empresa es-

trangeira pode querer ir a outro país", diz ele.

Nesse quesito, o especialista acrescenta que o Brasil estaria atrás não somente de Estados Unidos, Europa e Japão, mas também dos vizinhos México e Colômbia, que garantem um tempo compatível de exame dos pedidos de registro.

O problema seria que o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (**INPI**) acaba sendo negligenciado no repasse de verbas e fica sem pessoal.

Para o sócio do Kasznar Leonardos, Gabriel Leonardos, a concepção de que só os estrangeiros de beneficiam com o registro de patentes agrava essa situação. "Como 80% dos pedidos são de empresas estrangeiras, isso dá ao governo a ideia de que as patentes só servem para multinacionais. É uma percepção equivocada."

Com base nesse tipo de mito, ele avalia que a proteção à **propriedade intelectual** permanece em segundo plano. E sem proteção, as empresas nacionais também não investem em **inovação**. "É um círculo vicioso, precisamos romper com essa inércia", diz Leonardos.

Roberto Dumke

--

Para romper a inércia é preciso investir no **INPI**

ARTIGO

Patentes avançam no Brasil

Mas ainda existe pouco investimento em inovação em relação à necessidade

Entre 2002 e 2011, o número de depósitos de pedidos de patente no Brasil aumentou em 71%, correspondendo a uma taxa média anual de crescimento de 6,1%: 79% a mais do que observado nos países da América Latina, e 35% maior do que a média mundial. Os dados estão em estudo recente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), sobre a utilização da Propriedade Intelectual no Brasil, realizado em parceria com a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI).

A pesquisa do INPI e OMPI mostrou expressivo avanço na procura por patentes no Brasil, entre 2002 e 2011, refletindo a confiança no sistema de patentes nacional. O aumento de depósitos no País foi favorecido pela entrada de pedidos de patente internacionais. Em 2011, 80% dos depósitos feitos no Brasil foram por estrangeiros.

De 2000 a 2011, a distribuição dos pedidos de patente nos setores tecnológicos manteve-se sem alterações relevantes. O setor de química respondeu pelo maior market share, com mais

do que 40% do total, seguido da engenharia mecânica (mais do que 20%), engenharia elétrica (14%), instrumentos (11%) e outros setores (7%).

Neste mesmo período, os dez maiores depositantes foram não residentes – Qualcomm, Basf, Procter & Gamble, Unilever, 3M, Novartis, Philips, Microsoft, Du Pont, e Kimberly Clark –, reforçando a forte presença do setor químico.

Os principais depositantes nacionais foram universidades e fundações, e só duas empresas privadas nacionais: Petrobras, Unicamp, USP, Whirlpool, UFMG, Fapesp, UFRJ, Fapemig, UFRGS, e Multi-brás. Isso mostra que as instituições de ciência e tecnologia deram mais atenção ao uso das patentes em seus negócios do que empresários e indústria nacional. Outra leitura desses dados é a de que a inovação no Brasil pôde ser verificada com

maior presença nas instituições de ciência e tecnologia do que na indústria.

PEDRO MOREIRA

ESPECIALISTA NO DANNEMANN SIEMSEN



mstutz@dannemann.com.br



O Brasil e a crise das patentes

IDEIAS EM DEBATE

Dentro de um mundo globalizado, onde a cada instante são lançadas no mercado produtos tecnologicamente avançados, responsáveis pelo desenvolvimento, a demora de 11 anos para a emissão de uma patente de propriedade industrial ou intelectual é, por si, prova de atraso ao nosso país.

Principalmente considerando-se que boa parte dos inventos e aperfeiçoamentos tecnológicos passíveis de certificação não têm tanto tempo de vida útil. A maioria dos produtos cumpre sua missão de mercado antes de seu proprietário obter o reconhecimento do anacrônico órgão controlador estatal. O que é moderno hoje, pode ser sucata amanhã dado o avanço da pesquisa e dos meios.

Espantosamente, ainda existem programas de computador de 1997 à espera da patente do **Instituto Nacional de Propriedade Industrial**, entre outros. O Brasil é a sétima ou oitava (já chegou a ser a sexta) economia do mundo e a maior da América Latina. Mas no tocante às patentes e proteção da propriedade industrial, é o 19º colocado. Possui hoje 184 mil pedidos de patentes para serem analisados por apenas 192 examinadores.

Isto é, cada um deles tem 980 processos para trabalhar, o que leva os postulantes aos 11 anos de espera pelo certificado. Em 2003 a espera era de seis anos e em 2008 eram nove. Esses números atestam o sucateamento do **INPI** que hoje sofre cortes de verbas, não tem autonomia financeira e muitas vezes

tem dificuldade até para adquirir papel e outros materiais de expediente. Seu quadro de examinadores vem diminuindo sem que novos profissionais já concursados sejam chamados ao trabalho.

Ao mesmo tempo em que o órgão licenceador de inventos e produtos padece, o país convive com a pirataria e o contrabando que produzem ou trazem ao território nacional milhares de produtos inconformes -- brinquedos, roupas, eletrônicos, cigarros e até medicamentos -- vendidos clandestinamente em feiras, camelódromos, de porta em porta e por outros meios.

A indústria, o comércio e pesquisadores de novos produtos vivem sem a necessária proteção ao seu produto e são atacados diariamente pela concorrência desleal, sem terem como reagir. Colômbia e Peru, nossos vizinhos sulamericanos levam apenas de dois a três anos para reconhecer a propriedade de um produto, embora tenham economias pequenas e pouco diversificadas. O Brasil, gigante da região, com indústria desenvolvida, não poderia ser tão mal administrado. É preciso fazer algo muito urgente para reativar o **INPI** e, finalmente, se expedir as patentes num prazo razoável...

*Tenente Dirceu Cardoso Gonçalves é dirigente da ASPOMIL (Associação de Assist. Social dos Policiais Militares de São Paulo).

Autor: Tenente Dirceu Cardoso Gonçalves

Índice remissivo de assuntos

Propriedade Intelectual

3, 6, 8, 10, 11

Patentes

3, 6, 8

Inovação

6, 8

Marco regulatório | INPI

6, 8, 10, 11, 12

Marco regulatório | Anvisa

6